

A MÁFIA DO DENDÊ É RUIM DE DISCUTIR...

Por Alexandre Bazzan
e Beatriz Macruz *

Três caras de uma gravadora conversam em uma lanchonete, e entre vários assuntos, como a sensualização das artistas femininas ou ciúme que Claudia Leite teria de Ivete Sangalo no começo de sua carreira, se destaca a declaração de que é possível popularizar um artista sem dinheiro. “Me pediram pra lançar o Tchakabum, mas vieram com esse papinho de que não tinha dinheiro, isso aí não existe mais”.

Em março deste ano, Maria Bethânia teve aprovada pelo Ministério da Cultura uma verba de R\$1.356.858,00 para a produção de um blog que disponibilizaria diariamente vídeos de um minuto dirigidos por Andruca Waddington em que a cantora leria grandes poemas da língua portuguesa, um projeto coordenado pelo antropólogo Hermano Vianna, intitulado “O Mundo Precisa de Poesia”.

Nada errado com o projeto; parece uma idéia bastante poética. Já quanto à verba, mais de um milhão de reais destinados a um blog deixou muita gente indignada e acabou repercutindo largamente: mais um dos muitos escândalos do MinC de Ana de Hollanda. O projeto está dentro da legalidade, conforme afirmam os seus defensores: a aprovação do MinC refere-se à captação de renda através da Lei Rouanet. Mesmo assim, a polêmica toda trouxe novamente à luz as contradições das leis de incentivo à cultura e, junto com elas, a chamada “máfia do dendê”.

Termo originalmente cunhado pelo jornalista Paulo Francis, “máfia do dendê” refere-se ao controle que um grupo de artistas baianos exerce sobre as atividades e as políticas culturais brasileiras. São eles, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia, entre alguns outros, denunciados pelo jornalista Claudio Tognolli em entrevista à Revista *Caros Amigos*, em 1998.

Família manda no MinC e na mídia – Fomos então entrevistá-lo a respeito da polêmica em torno da verba do blog de Maria Bethânia. “Bethânia é café pequeno”. Com essa afir-

Grupo de artistas que monopoliza políticas públicas de cultura no Brasil não larga o osso, enquanto MinC e mídia ficam com a carne-seca



mação, Tognolli esclareceu que existem muitos outros artistas “mamando nas tetas da vaca profana do governo”. Entre eles, Nando Reis – que foi agraciado com R\$1.145.150,00 para realizar a turnê do “Bailão do Ruivão” em 2010, no Estado de São Paulo – e, pasmem, até o Tchakabum conseguiu captar nada menos do que R\$1.629.000,00 para promover “Tchakabum é Pura Energia” (mas eles não estavam sem dinheiro?).

Caso do blog de Maria Bethânia reacende discussão sobre a distribuição de jabá para alguns artistas

Quanto ao monopólio cultural de Caetano e Gil, Tognolli diz que, primeiramente eles tinham poder de influência em redações de grandes jornais brasileiros, tanto para encomendar matérias quanto para atrapalhar o trabalho de jornalistas que não seguissem a cartilha dos músicos baianos. Ele contou, ainda, que Caetano conseguiu a demissão de alguns profissionais da imprensa, entre eles o jornalista André Forastieri, logo depois de ele criticar a apresentação de Regina Casé no VMB da MTV.

A influência da máfia do dendê não se restringe apenas aos jornais, mas também a festivais nacionais e internacionais, bem como outras manifestações culturais brasileiras, como as novelas. O criador do Festival de Montreux, Claude Nobs, por exemplo, até há pouco tempo, só contratava artistas indicados por Gilberto Gil para participar do festival. Ainda segundo Tognolli, os executivos que escolhem as trilhas sonoras das novelas da Rede Globo só aprovam artistas nacionais que sejam apadrinhados por Caetano ou Gil.

Em outra ocasião, o músico David Byrne comprou por acaso um disco de Tom Zé, e procurou Caetano, com quem já trabalhara, para saber mais sobre o artista. Segundo Tognolli, Caê respondeu que não existia nenhum cantor chamado Tom Zé, que Byrne na verdade procurava por um percussionista de nome Tuzé, mas que ele já havia morrido. Por causa disso, Tom Zé teria, inclusive, declarado em “off” que já foi “enterrado várias vezes” por membros da máfia, e justamente por esse motivo não gostaria de citar o nome dos colegas.

Jabá com azeite de dendê – A reserva de mercado feita por estes músicos que não legitimam o que não tem o aval deles como música brasileira, se tornou poder político e econômico institucionalizado a partir do momento em que Gilberto Gil se tornou Ministro da Cultura, em 2002.

Embora Gil tenha proposto mudanças significativas para a democratização e disseminação da cultura brasileira, como a reforma da Lei de Direitos Autorais (LDA), Tognolli continua cético: “essa lei nunca vai acontecer, Gil deveria acabar com o jabaculé [ou jabá: quando um artista consegue, por meio de suborno a jornalistas ou donos de jornais, rádios ou televisão, um espaço na mídia até emplacar como fenômeno pop], ao invés de tentar mudar a lei”.

Segundo o jornalista, o jabá, que de acordo com a atual LDA é legal, é o principal mantenedor financeiro das rádios nacionais: “para uma música se tornar um sucesso é preciso gastar aproximadamente 1 milhão de reais”. Cuidadoso ao lidar com a máfia, porém, ele não entra em detalhes: “não quero ser mais específico pra não ser processado”.

Como funciona a Lei Rouanet

O principal mecanismo de incentivo à cultura existente atualmente é a Lei nº 8.313, mais conhecida como Lei Rouanet. Esta lei destina-se a incentivar a produção artística no Brasil através do investimento da iniciativa privada. Pessoas físicas ou jurídicas podem dar recursos financeiros para a implementação de projetos culturais, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, para depois terem o valor parcial ou integralmente deduzido do Imposto de Renda.

No caso do blog da Bethânia, “O Mundo precisa de Poesia”, o MinC já avaliou e aprovou a renda para o projeto, que deve agora entrar na fase de captação.

A polêmica em torno do blog, que de fato está dentro da legalidade, se deve também a uma das muitas distorções e problemas que o funcionamento da Lei Rouanet acarreta. Entregar o incentivo financeiro à cultura nas mãos da iniciativa privada é impor uma lógica de mercado ao investimento em projetos culturais. Grandes empresas, por exemplo, só se arriscam a investir em projetos que possam virar sucesso garantido. Além disso, não há mecanismos que garantam a transparência nas avaliações que o MinC faz para enquadrar projetos na Lei Rouanet, nem na captação de recursos a partir dela.

*colaborou Guilherme Zocchio